



PODER

Orçamento: processo no TCU pressiona Planalto

Investigação sobre distorções na peça orçamentária pode provocar complicações para Bolsonaro. Diante do risco, presidente deve vetar trechos do texto que cortou despesas obrigatórias para abrir espaço a emendas parlamentares. Congresso promete reagir

» AUGUSTO FERNANDES
» MARINA BARBOSA
» ROSANA HESSEL

Na queda de braço com o Congresso sobre qual deve ser a decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o Orçamento de 2021, aprovado por deputados e senadores, a equipe econômica ganhou mais um motivo para aconselhar o mandatário a não sancionar o texto integralmente. É que houve uma mudança de rota no processo de investigação no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre possíveis irregularidades na peça orçamentária, e para conduzir o inquérito a Corte escolheu o ministro Aroldo Cedraz em vez de Bruno Dantas, como era esperado. Segundo fontes, a investigação seria “mais suave” se ficasse com Dantas, porque recairia apenas sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e seus auxiliares. Com a alteração, o investigado das supostas irregularidades será o próprio chefe do Planalto.

Mesmo a contragosto do Legislativo, a tendência, portanto, é de vetos ao Orçamento. Guedes tem feito alertas diários sobre os riscos para Bolsonaro, caso o texto seja sancionado como está. Ontem, durante evento virtual promovido pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, o ministro disse que “agora, é mais uma questão política de como podemos corrigir isso juntos”, ao defender mudanças na matéria.

De acordo com Guedes, “houve um acordo político no Orçamento, o problema é como foi entregue”. Ele evitou dizer que há um mal-estar entre a equipe econômica e parlamentares, apesar das críticas constantes feitas por deputados e senadores de que o Ministério da Economia está fazendo “terrorismo” ao afirmar que Bolsonaro pode responder a um processo de impeachment caso não vete o texto. “Não estamos brigando, somos parceiros. Somos poderes independentes, mas podemos colaborar no Orçamento, e há um problema de

Evaristo Sá/AFP



Bolsonaro tem sido alertado pelo ministro da Economia de que pode responder a um processo de impeachment caso sancione o Orçamento sem vetos

como corrigir o excesso de gastos que foi enviado em um primeiro momento”, frisou.

Economia e Congresso não entraram num acordo em relação ao montante de R\$ 26,5 bilhões em emendas criadas pelo relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), o senador Marcio Bittar (MDB-AC). Para possibilitar o valor, o parlamentar cortou despesas obrigatórias, como aposentadorias. Esse é um dos principais problemas apontados pelos analistas no Orçamento deste ano, que não deixam de ser consideradas como “pedaladas” em sua essência.

Deputados e senadores garantem que Guedes e seus auxi-

liares participaram das discussões sobre a peça orçamentária e que sabiam da mudança proposta por Bittar, tanto que orientaram as lideranças do governo na Câmara e no Senado a votarem pela aprovação da matéria. Em sua defesa, o ministro alegou ser normal que “haja alguns erros e excessos” em um “time que está jogando junto pela primeira vez”, mas destacou que “os acordos políticos têm de caber no Orçamento”, porque “não podemos acordar politicamente mais do que podemos dar”.

Segundo Guedes, “é a primeira vez que este governo está construindo com o Congresso o Orçamento”. “Eu acho que é mais um

problema de coordenação do que outra coisa”, opinou. Ele afirmou, porém, que o time está trabalhando para fazer os ajustes necessários. A expectativa do ministro é de que essas discussões “se encerrem bem”.

Bittar já anunciou um recuo — corte de R\$ 10 bilhões dessas emendas — e ainda há a expectativa de um acordo para a exclusão adicional de R\$ 15 bilhões. Mesmo assim, não será suficiente para evitar o estouro do teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela inflação do ano anterior. Pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, há um

buraco de R\$ 31,9 bilhões para que o teto de gastos não desabe sobre a cabeça do governo.

Reação

Parlamentares não devem aceitar de graça qualquer empecilho proposto por Bolsonaro à peça orçamentária e já se mobilizam para derrubar eventuais vetos. “Há um posicionamento muito firme da Câmara e do Senado de que não vamos aceitar que o presidente vete nada, tendo em vista que a equipe econômica dele participou ativamente”, reclamou o deputado Luís Miranda (DEM-DF). “Eles estiveram sempre na comissão (de Or-

» Risco de paralisia do Executivo

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, apontou risco de paralisia de serviços públicos (shutdown) se não houver uma reformulação do Orçamento, que, conforme cálculos da equipe econômica, deixaria apenas R\$ 49,5 bilhões ao funcionamento da máquina pública até o fim do ano. “Da forma como está, o Executivo não chega até o fim do ano. A máquina pública para. Não consegue pagar despesas básicas, como sistemas e luz, necessárias, inclusive, para executar as emendas parlamentares”, comentou. Segundo ele, com despesas discricionárias abaixo de R\$ 50 bilhões, o governo teria menos do que o mínimo para funcionar, mesmo sendo muito eficiente. Citando a orientação técnica do Ministério da Economia, o secretário do Tesouro disse que o mais adequado seria um veto às emendas proporcional à recomposição de despesas obrigatórias, subestimadas na peça, que seria feita via projeto de lei. Se a recomposição for de R\$ 29 bilhões, ou acima disso, o veto às emendas teria de ser total, sustentou Funchal, acrescentando que as contas ainda estão sendo feitas.

çamento) e aprovaram tudo o que foi feito. Dizer, agora, que vai haver vetos, que erraram nos números e jogar a responsabilidade em cima do Congresso é uma injustiça muito grande. Não creio que vamos aceitar.”

Por outro lado, há quem defenda vetos ao Orçamento, como o líder do Novo na Câmara, o deputado Vinicius Poit (SP), um dos que assinaram a representação entregue ao TCU para investigação de irregularidades na peça orçamentária. “Estamos falando do dinheiro das pessoas. O Orçamento da União é o Orçamento dos cidadãos. Não dá para tratar esse assunto com des-caso”, destacou.

Jantar com empresários causa controvérsia

Sérgio Lima/AFP



Após o jantar, Faria afirmou que a conversa foi amistosa, sem cobranças

» INGRID SOARES
» ISRAEL MEDEIROS

O jantar entre o presidente Jair Bolsonaro e um grupo de empresários, na quarta-feira, em São Paulo, causou controvérsia no setor. Em grupos de WhatsApp com nomes importantes do empresariado, a reclamação foi de que o mandatário selecionou apenas os que acenam ao governo e, portanto, a reunião não significa apoio da elite econômica do país ao Executivo, muito menos pode servir como termômetro para sua popularidade no meio.

O encontro ocorreu na casa de Washington Cinel, fundador da Gocil, do ramo de segurança. Segundo especialistas ouvidos pelo Correio, o empresariado está dividido e, de fato, não é possível afirmar que Bolsonaro tenha se reconciliado com o setor que move o Produto Interno Bruto (PIB).

No mês passado, o descontentamento com a atuação do chefe do Executivo na pandemia foi explicitado em uma carta as-

Reforço no encontro

Na tentativa de acalmar os ânimos no empresariado, alguns dos principais nomes do governo estiveram presentes ao jantar. Casos de Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara; Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central; e dos ministros Onyx Lorenzoni, da Secretaria-Geral da Presidência; Fábio Faria, das Comunicações; Tarcísio Freitas, da Infraestrutura; Marcelo Queiroga, da Saúde, e Paulo Guedes, da Economia.

sinada por banqueiros, empresários e economistas. Mais de 500 deles pediram mais eficácia do Planalto nas ações de enfrentamento à crise sanitária. Os que endossaram a mensagem ficaram fora do jantar.

Na saída do encontro, ministros disseram que o tom da conversa foi amistoso, sem cobranças. Fábio Faria, das Comunicações, chegou a dizer que entre os convidados só havia patriotas e que houve elogios ao trabalho do governo junto ao Congresso.

Segundo interlocutores, Bolsonaro se comprometeu com o andamento de reformas estrutu-

rantes e em acelerar a imunização da população, fato tido como primordial para a retomada da economia.

O cientista político Eduardo Grin, da Fundação Getúlio Vargas, acredita que a reunião com o empresariado não deve ter efeito prático e pode ter sido uma das últimas chances dadas a Bolsonaro, que tenta “comprar tempo”. “Ele não tem nada para entregar. Vai comprar mais vacinas? Não é crível uma promessa como essa. Vai reduzir juros ou segurar a inflação? Isso não cabe a ele. Então, é uma conversa defensiva de alguém que está nu-

ma posição frágil”, analisou.

De acordo com Grin, “Bolsonaro não vai encaminhar reforma”. “Tudo isso são temas em que ele não quis se envolver até agora, e antes ele tinha capital político para fazer isso. Agora, está na mão do Centrão. Esse tema está vencido”, observou. Para ele, o aparente otimismo do empresariado após a reunião tem prazo de validade. Um real apoio, conforme avaliou, viria apenas com uma mudança radical de postura por parte de Bolsonaro, o que o presidente não quer fazer.

Creomar de Souza, analista de risco político da Consultoria Dharma, avaliou que o presidente tem procurado restabelecer pontes com o mercado, mas que a grande expectativa dos entes empresariais é de que o governo tenha uma agenda factível de vacinação. “Que dê um panorama de retomada. Assim, será fundamental a capacidade do ministro Paulo Guedes (da Economia) de continuar fazendo esse tipo de interface e diálogo”, frisou.